

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - BOA VISTA – RR

PARTE GERAL

Com relação ao direito civil, julgue os itens que se seguem.



Os direitos da personalidade caracterizam-se pela extrapatrimonialidade e a eles atribuem-se, entre outras características, a oponibilidade *erga omnes*, a vitaliciedade e a relativa disponibilidade. Diz-se, portanto, que a personalidade goza de relativa disponibilidade porque alguns dos direitos da personalidade não admitem qualquer limitação, apesar de, em alguns casos, não haver óbice legal à limitação voluntária.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PGE-PI – CESPE/2013

PARTE GERAL

A respeito da pessoa natural, da pessoa jurídica e dos bens, assinale a opção correta.

- A) A vontade humana não constitui elemento da personificação da pessoa jurídica.
- B) O atual Código Civil adotou a teoria ultra vires como regra; assim, a pessoa jurídica sempre responde pelos atos que seus administradores praticarem com excesso dos poderes conferidos a eles pelos atos constitutivos.
- C) O direito à sucessão aberta é bem móvel por determinação legal.
- D) Atento ao princípio da dignidade da pessoa, o Código Civil em vigor exige, para a aquisição da personalidade, que o sujeito tenha vida viável, forma humana e condição social.
- ~~E) Comoriência corresponde à simultaneidade do falecimento de duas ou mais pessoas, sendo impossível determinar-se qual delas morreu primeiro. Nesse contexto, é dispensável que as mortes decorram do mesmo evento fático, sendo essencial apenas o momento dos óbitos.~~

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

PARTE GERAL

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica e do domicílio da pessoa natural, julgue os itens de 162 a 164.



No entendimento do STJ, não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica denominada inversa para alcançar bens de sócio que se tenha valido da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.



O domicílio do representante comercial que não possua residência fixa e habitual em nenhum local e costume se hospedar em diversos hotéis nas cidades por onde transita será a capital do estado em que ele tiver nascido.



Não ensejará reparação por danos morais o uso não autorizado da imagem de atleta em cartaz de propaganda de evento esportivo, sem finalidade lucrativa ou comercial, salvo se houver comprovação, pelo atleta, da ocorrência de prejuízo a ele.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - NATAL –RN

PARTE GERAL

Com relação aos bens na disciplina do Código Civil vigente, assinale a opção correta.

A) Classificam-se como divisíveis os bens que se podem fracionar sem alteração na sua substância, ou prejuízo do uso a que se destinam, sem que se considere a eventual diminuição do valor.

~~B)~~ Ainda que não estejam separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

C) A fungibilidade dos bens móveis depende da correspondência exata do valor entre os objetos considerados, sem que haja necessidade de serem da mesma espécie.

D) Por ser da natureza do bem, uma coisa que é divisível não pode ser tornada indivisível pela vontade das partes.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - NATAL – RN

PARTE GERAL

Acerca dos princípios fundamentais norteadores do Código Civil, assinale a opção correta.

- A) A regra segundo a qual os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé diz respeito à boa-fé subjetiva.
- B) O atual Código Civil, em coerência com o Código Civil anterior, manteve a prevalência da autonomia da vontade ante a preservação da função social na formação dos contratos.
- ☒ C) Um dos exemplos da operabilidade adotada como valor essencial na elaboração do Código Civil vigente é a distinção precisa dos institutos da prescrição e da decadência.
- D) No atual Código Civil, não há regra que tome em consideração a natureza social da posse ou da propriedade, tendo sido reservada à CF a referência a essa natureza de tais institutos.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

PARTE GERAL

Acerca dos vícios do negócio jurídico, julgue os próximos itens.



O erro quanto aos motivos que levaram uma das partes a celebrar o ato negocial, desde que seja a razão determinante da realização do negócio, não acarretará a anulação do ato negocial, por vício na manifestação da vontade.



A coação, para servir de fundamento para a anulação do negócio jurídico celebrado, há de ser exercida necessariamente contra a pessoa do contratante.



Se um devedor aliena ou onera o seu patrimônio em reconhecida fraude contra credores, esse ato é ineficaz em face dos credores, permanecendo os bens fraudulentamente alienados objeto da obrigação assumida pelo devedor.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PGE-PI – CESPE/2013

PARTE GERAL

Assinale a opção correta acerca dos atos e fatos jurídicos e da decadência.

A) Na representação, em nenhuma hipótese pode o representante utilizar seus poderes para celebrar negócio em que o destinatário da declaração de vontade do representado seja o próprio representante.

☒ B) A reserva mental não tornará o negócio inválido, salvo se a outra parte tiver conhecimento dessa reserva.

C) O negócio nulo gera efeitos até o momento em que houver pronunciamento judicial a seu respeito, por meio de sentença desconstitutiva, ou pelo seu desfazimento voluntário pelas partes.

D) O prazo inicial para a contagem do prazo decadencial se dá com a violação do direito.

E) Considere a seguinte situação hipotética.

Duas pessoas celebraram contrato de locação de uma residência na qual o locatário tinha a real intenção de residir. Entretanto, locador e o locatário, de comum acordo, fizeram constar no instrumento do negócio que se tratava de locação comercial. Nessa situação, se, depois de algum tempo, o locador quiser rescindir o contrato, ele poderá valer-se das normas referentes à locação comercial, mais favoráveis ao proprietário, pois o Código Civil dispõe que, nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - NATAL –RN

PARTE GERAL

Com relação ao instituto da prescrição no atual Código Civil, assinale a opção correta.

- A) A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará aos outros, uma vez que a solidariedade impõe a todos a totalidade da prestação.
- B) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, fica interrompida a prescrição até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime.
- ☒ C) A interrupção da prescrição por um dos credores não aproveitará aos outros, ressalvando-se o caso de serem credores solidários.
- D) As partes poderão, desde que mediante mútuo acordo, diminuir os prazos prescricionais previstos no código citado, já que as normas que regulam a prescrição são consideradas dispositivas.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - NATAL –RN

OBRIGAÇÕES

Carla—ME — empresa de confecção de roupas — adquiriu da Loja Pluma certa quantidade de tecidos, no valor de R\$ 300,00, para pagar, mediante carnê de pagamento, em 3 prestações de R\$ 100,00, com vencimentos para 10 de maio, 10 de junho e 10 de julho, respectivamente. No dia 5 de julho, recebeu citação para responder ação de cobrança que lhe moveu a Loja Pluma, sob a alegação de que havia ocorrido atraso no pagamento da prestação vencida em 1.º de julho. A empresa não pagou essa prestação e apresentou defesa contra a Loja Pluma, que, após tomar conhecimento desta, verificou que havia se equivocado na cobrança e desistiu da ação impetrada.

A partir dessa situação hipotética e considerando o disposto no Código Civil acerca da obrigação de indenizar, assinale a opção correta.

- ☒ A) A Loja Pluma será obrigada a esperar o tempo que faltava para o vencimento da referida prestação e a descontar os juros correspondentes, além de pagar as custas em dobro.
- ☐ B) Ainda que a cobrança tivesse sido realizada por meio extrajudicial, a empresa Carla—ME teria direito a exigir que a Loja Pluma esperasse o tempo restante para o vencimento da prestação e descontasse os correspondentes juros cobrados.
- ☐ C) A Loja Pluma, por ter promovido a demanda devido a equívoco de sua parte, terá de pagar à empresa Carla—ME o dobro do que houver cobrado indevidamente.
- ☐ D) O pedido de desistência da ação, mesmo depois de apresentada a contestação, exime a Loja Pluma de pagar as custas em dobro.

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

CONTRATOS

Acerca da locação de imóveis urbanos, julgue os próximos itens.



Celebrado contrato de locação de imóvel, violará o princípio da boa-fé objetiva o locatário que, após exercer a posse direta do imóvel, alegar que o locador, por não ser o proprietário do imóvel, não tem legitimidade para o ajuizamento de eventual ação de despejo nas hipóteses em que a lei não exija essa condição do demandante.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - NATAL –RN

RESPONSABILIDADE CIVIL

Rosa foi denunciada sob a acusação de ter causado lesões corporais graves em Carla. Após instrução processual, o juiz concluiu que Rosa não tinha sido a autora das lesões sofridas por Carla e proferiu sentença absolutória, a qual transitou em julgado após percorrer todas as esferas recursais. Carla, de posse da certidão de trânsito em julgado e considerando que os danos sofridos a impediam de exercer sua profissão, ajuizou ação civil ordinária, pedindo a condenação de Rosa pelos danos materiais decorrentes das lesões sofridas.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz das disposições legais no que se refere à responsabilidade civil.

- ☒ A) Não há possibilidade de Carla obter êxito na ação ordinária que visa à condenação de Rosa à indenização por danos materiais, por que não se pode questionar a negativa de autoria reconhecida no juízo criminal.
- ☐ B) Conforme disposição legal, são independentes as esferas civil e criminal, de forma que, a depender das provas trazidas aos autos, há possibilidade de Carla obter a condenação de Rosa ao pagamento dos danos materiais.
- ☐ C) Não há possibilidade de Carla voltar a discutir a questão no juízo cível porque a decisão no juízo criminal, onde se persegue a verdade real, sempre vincula a solução possível no juízo cível.
- ☐ D) Carla poderá obter êxito na ação cível, já que, de acordo com a lei, apenas a decisão acerca da inexistência do fato impede novo questionamento.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2010 - BOA VISTA – RR

RESPONSABILIDADE CIVIL

Com relação ao direito civil, julgue os itens que se seguem.



A destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente não constitui ato ilícito civil, sobretudo se as circunstâncias a tornarem absolutamente necessária, e o agente não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.

PROCURADOR MUNICIPAL CESPE - 2010 - BOA VISTA – RR

RESPONSABILIDADE CIVIL

Com relação ao direito civil, julgue os itens que se seguem.



Segundo a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF), a empresa locadora de veículo não responde, nem civil nem solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2009 - IPOJUCA - PE

RESPONSABILIDADE CIVIL

Um engenheiro da prefeitura deixou de comparecer ao trabalho, injustificadamente, por quase uma semana, fato que resultou na interrupção das obras de recuperação de via pública de circulação de veículos, executadas diretamente pela prefeitura. O atraso na conclusão das obras gerou sérios prejuízos a empresas do setor agroindustrial sediadas no município, que seriam diretamente beneficiadas pelas obras.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item abaixo.



A falta do engenheiro não se configura como caso fortuito ou força maior e, por isso, o município é civilmente responsável pelos danos sofridos por aquele setor agroindustrial, mas somente com relação às empresas instaladas em terrenos que se caracterizam como bens dominicais.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2009 - IPOJUCA - PE

RESPONSABILIDADE CIVIL

Com relação ao exercício da advocacia e aos direitos conferidos aos advogados, julgue o próximo item.



No exclusivo exercício da advocacia, o advogado tem imunidade profissional absoluta, não podendo responder criminalmente por injúria, difamação ou desacato, nem mesmo cabendo sanções disciplinares, perante a OAB, pelos excessos que cometer.

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

RESPONSABILIDADE CIVIL

A respeito do direito das relações de consumo e da responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.



O fornecedor que oferecer abatimento no preço do produto e reduzir o volume da mercadoria para quantidade diversa da que habitualmente fornecia no mercado não responderá por vício de quantidade, ainda que não informe na embalagem, de forma clara, precisa e ostensiva, a diminuição do conteúdo, dada a redução do preço do produto.

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

RESPONSABILIDADE CIVIL

A respeito do direito das relações de consumo e da responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.



Os moradores de casas atingidas pela queda de aeronave pertencente a pessoa jurídica nacional de direito privado prestadora de serviço de transporte aéreo devem lastrear seus pedidos de ressarcimento de danos sofridos somente nos dispositivos do Código Civil, e não no Código de Defesa do Consumidor, uma vez que, não tendo utilizado os serviços da empresa aérea como destinatários finais, eles não se caracterizam como consumidores.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PGE-PI – CESPE/2013

REAIS

Acerca dos institutos da posse, da propriedade e dos direitos reais, assinale a opção correta.

- A) A composses se dá quando incidem posses de naturezas diversas sobre a mesma coisa, a exemplo do desdobramento da posse em direta e indireta.
- B) A aquisição da propriedade imobiliária em decorrência do direito hereditário se dá com o registro do título na serventia extrajudicial competente.
- C) A servidão predial é considerada um ônus real imposto por lei.
- ☒ D) Em relação ao direito de superfície, o Código Civil não contempla a possibilidade da sobrelevação ou da superfície em segundo grau, que consiste na concessão feita a terceiro, pelo superficiário, do direito de construir sobre a sua propriedade superficiária.
- E) A posse *ad interdicta* é aquela que conduz à usucapião e que, quando molestada, pode ser defendida pelas ações possessórias.

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

REAIS

Julgue os seguintes itens, referentes aos direitos reais.



Se estiver pendente usufruto sobre bem imóvel, a nua propriedade desse bem poderá ser objeto de penhora e alienação em hasta pública, ficando ressalvado o direito real de usufruto, inclusive após a arrematação ou a adjudicação, até que haja a extinção desse direito.

PROCURADOR DO ESTADO

CESPE - 2013 – DF

REAIS

Julgue os seguintes itens, referentes aos direitos reais.



A hipoteca judicial que tenha gravado o bem imóvel prevalecerá sobre decisão futura que reconheça a aquisição da propriedade do referido bem por usucapião.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

REAIS

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito das coisas.



A indenização decorrente da passagem de cabos, tubulações e outros condutos de serviços de utilidade pública no subterrâneo de propriedade privada abrangerá as restrições imediatas na área efetivamente ocupada e a desvalorização da área remanescente do imóvel.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

REAIS

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito das coisas.



A proteção preventiva da posse diante da ameaça de atos turbativos ou esbulhadores opera-se mediante o interdito proibitório.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

REAIS

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito das coisas.



São efeitos decorrentes da posse de boa-fé: o direito aos frutos percebidos e o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis realizadas no bem possuído.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2009 - IPOJUCA - PE

FAMÍLIA

Acerca da tutela do menor, julgue o item subsequente.



Admite-se a tutela do menor em caso de falecimento dos pais ou quando estes forem tidos, judicialmente, como ausentes ou, ainda, nos casos em que perderem o poder familiar. Pode dar-se a tutela por nomeação dos pais desde que, à época da nomeação, tenham o poder familiar. Na falta de nomeação, a tutela deve recair sobre os ascendentes ou, na sua impossibilidade, aos colaterais até o terceiro grau, nas duas hipóteses dando-se prioridade aos mais próximos em relação aos mais remotos, sempre se observando se não há causa à incapacidade para o exercício da tutela.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2009 - IPOJUCA - PE

SUCESSÕES

A respeito do direito das sucessões, julgue o item abaixo.

Considere a seguinte situação hipotética.



Promovendo o município a desapropriação de imóvel, o proprietário, domiciliado em cidade diversa e distante da localização do imóvel, vem a falecer, não deixando herdeiros nem testamento. Nessa situação, com relação ao imóvel expropriado, e por não haver herdeiros beneficiários da indenização devida pelo município, o inventário será aberto junto ao juízo do local onde está situado o imóvel expropriado, pois a superveniente declaração de vacância da herança levará aquele bem a ser incorporado ao domínio daquele próprio município.

PROCURADOR MUNICIPAL

CESPE - 2009 - IPOJUCA - PE

LINDB

Determinado município editou uma lei que autoriza a exploração de determinada área pública, sem definir a data de início de sua vigência. Vinte dias após a publicação, verificou-se a necessidade de republicação do texto legal. A nova publicação deu-se 10 dias após terem decorridos aqueles 20 dias, e também sem definição da data do início da vigência.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o próximo item.



A lei terá vigência 45 dias após a nova publicação do texto corrigido.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

LINDB

Julgue os seguintes itens, acerca da Lei de Introdução ao Código Civil.



A lei nova que estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes revogará as leis especiais anteriores sobre a mesma matéria às quais expressamente se referiu.

PROCURADOR MUNICIPAL

SPE - 2008 – SEMAD - ARACAJU

LINDB

Julgue os seguintes itens, acerca da Lei de Introdução ao Código Civil.



A analogia é uma das técnicas empregadas para a interpretação das leis, segundo a qual o juiz, ao aplicar a lei no caso concreto, declarará o exato sentido da lei. Por isso, decidir por analogia significa dizer que a decisão da causa foi idêntica àquela aplicada a outros litígios iguais.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

PGE-PI – CESPE/2013

LINDB

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

- ☒ A) Há direito adquirido quando já tiverem sido praticados todos os atos ou realizados todos os fatos exigidos pela lei para a obtenção do direito pretendido. Nesse contexto, é correto afirmar que nem todo direito adquirido surge de uma relação jurídica, a exemplo do direito de apropriar-se de coisa sem dono.
- ☐ B) O sistema jurídico brasileiro admite que, devido ao desuso, uma lei possa deixar de ser aplicada.
- ☐ C) Na situação em que uma lei anterior e especial esteja em confronto com outra lei geral posterior, tem-se uma antinomia de primeiro grau, perfeitamente solucionável com as regras previstas na LINDB.
- ☐ D) A proibição de desconhecimento da lei imposta pela LINDB é absoluta.
- ☐ E) A lacuna ontológica ocorre quando existe texto legal que soluciona uma situação concreta, mas que contraria os princípios e os axiomas norteadores da própria ideia de justiça.